

CADERNO DE QUESTÕES

FISCAL FARMACÊUTICO

Domingo, 17 / 06 / 2018

NÍVEL SUPERIOR

NOME DO CANDIDATO: _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Este **CADERNO DE QUESTÕES** contém **40 (quarenta) QUESTÕES** de múltipla escolha referente a Prova Objetiva, correspondentes ao cargo de sua concorrência.
2. Cada questão objetiva de múltipla escolha apresenta **5 (cinco)** alternativas identificadas com as letras **A, B, C, D e E** sendo apenas **1 (uma)** correta.
3. Confira se o seu **CADERNO DE QUESTÕES** contém a quantidade de questões descritas no item 1 e se o **cargo** para o qual você foi inscrito está correto. Caso esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que seja realizada a substituição.
4. Observe, na **FOLHA DE RESPOSTAS**, se seus dados estão registrados corretamente. Caso haja alguma divergência, comunique ao fiscal de sala.
5. Após conferência, assine seu nome no espaço próprio na **FOLHA DE RESPOSTAS** e no **CADERNO DE QUESTÕES**.
6. **OBRIGATORIAMENTE** a **FOLHA DE RESPOSTAS** deverá ser preenchida com caneta esferográfica feita em material transparente de tinta preta ou azul.
7. **Não é permitida**, no momento da prova, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (calculadora, telefone celular, tablet, etc.), óculos escuros, protetor auricular, boné, relógios, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta.
8. A saída de candidato da sala de prova somente será permitida depois de transcorrido o tempo de **01 (uma) hora do início da prova** (apontado em sua sala de prova), mediante a entrega, obrigatória, da sua folha de respostas e do seu caderno de questões ao fiscal de sala.
9. O candidato poderá, ao terminar sua prova, levar o Caderno de Questões **SOMENTE** faltando **01 (uma) hora** para o tempo previsto do seu término.
10. O tempo disponível para a prova é de **04 (quatro) horas**.
11. Será eliminado do concurso e terá sua prova anulada, o candidato (a) que: **NÃO ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA** e/ou a **FOLHA DE RESPOSTAS**.
12. Os três últimos candidatos, ao terminar a prova, só poderão sair juntos.

BOA PROVA!

DESTAQUE AQUI

01		06		11		16		21		26		31		36	
02		07		12		17		22		27		32		37	
03		08		13		18		23		28		33		38	
04		09		14		19		24		29		34		39	
05		10		15		20		25		30		35		40	

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO PARA AS QUESTÕES 01 A 05

Por que não falar sobre suicídio?

Um fantasma ronda a imprensa desde os seus primórdios: o temor de reportar casos de suicídio.

As razões desse receio são perfeitamente compreensíveis. O tema é envolto por um véu de sofrimento e perplexidade. Para familiares de suicidas, o sentimento de culpa é inescapável. Como em todo luto, há negação, raiva e tristeza. E há mais: no suicídio é preciso tentar entender e aceitar as razões de quem decidiu abreviar a vida, contrariando o instinto de sobrevivência comum a todas as espécies. Falar sobre quem morreu é sempre uma tarefa delicada para a mídia, mas mesmo nas maiores tragédias humanas o sentimento que prevalece é o da consternação com a morte.

Morrer é uma certeza sobre a qual as dúvidas prevalecem: exceto alguns pacientes desenganados, quase ninguém sabe como, quando, onde ou de quê irá morrer. Matar a si próprio é impor uma certeza sobre todas as dúvidas, exceto uma: como seria o restante da vida se a escolha de morrer não triunfasse.

O suicídio, em muitos casos, pode ser um ato extremo de comunicação: uma busca sem volta de expor sentimentos antes represados. Segundo o alerta “Prevenir suicídio – um imperativo global” (2014), da Organização Mundial de Saúde, uma prevenção eficaz depende de inúmeros fatores – entre eles, informação de qualidade. Negligenciar as ocorrências pode aumentar o risco de novas tentativas.

A mídia tem o dever de dar à sociedade a melhor informação para evitar que as pessoas se desencantem com a vida.

E talvez estejamos falhando em ajudar quem sofre com a perda de um ente querido a lidar com essa angústia.

“Os Sofrimentos do Jovem Werther”, obra do poeta alemão Goethe lançada em 1774, narra como uma desilusão amorosa levou o personagem do título ao suicídio. A publicação do romance, embora ficcional, provocou uma onda de suicídios pelo mesmo motivo, no que ficou conhecido como “Efeito Werther” — uma das razões pelas quais criou-se o tabu de que a divulgação de um suicídio pode estimular novos casos. Tal crença poderia ser válida no século 18 de Goethe, mas não sobrevive aos tempos atuais de comunicação instantânea, em que tais atos são cometidos ao vivo diante de câmeras de tevê ou transmitidos em tempo real por redes sociais. Negar a existência dessas ocorrências é um equívoco tão grande quanto acreditar que torná-las públicas são decisivas para que outros escolham o mesmo destino. Um dos princípios do jornalismo é buscar a verdade.

Disponível em: <https://istoe.com.br/por-que-nao-falar-sobre-suicidio/>. Acesso em: 03/05/2018.

QUESTÃO 01

A respeito do suicídio, o texto permite afirmar que:

- (A) Um dos motivos atualmente atrelados ao suicídio se baseia em obras de ficção.
- (B) É desnecessário compreender suas causas, uma vez que se trata de uma ação irreversível.
- (C) A imprensa tende a elucidar, com clareza, as pessoas sobre o assunto.
- (D) Suicidar-se é sempre uma forma de expor sentimentos que outras pessoas não notam.
- (E) Não é possível supor o caminho que as pessoas que cometem suicídio traçariam em suas vidas.

QUESTÃO 02

A referida justificativa para a acentuação da palavra destacada está **incorreta** em:

- (A) Para familiares de suicidas, o sentimento de culpa é **inescapável** – Palavra paroxítona terminada em L.
- (B) Morrer é uma certeza sobre a qual as **dúvidas** prevalecem – Palavra proparoxítona.
- (C) Quase **ninguém** sabe como, quando, onde ou de quê irá morrer – Palavra oxítona terminada em EM.
- (D) Segundo o alerta (...), da Organização Mundial de **Saúde** – Palavra paroxítona terminada em E.
- (E) Negar a existência dessas ocorrências é um **equívoco** tão grande (...) – Palavra proparoxítona.

QUESTÃO 03

Nas alternativas abaixo, verifica-se a presença de modo verbal subjuntivo em:

- (A) As razões desse receio são perfeitamente compreensíveis.
- (B) O tema é envolto por um véu de sofrimento e perplexidade.
- (C) Negligenciar as ocorrências pode aumentar o risco de novas tentativas.
- (D) Para evitar que as pessoas se desencantem com a vida.
- (E) Um dos princípios do jornalismo é buscar a verdade.

QUESTÃO 04

Sintaticamente, observa-se que no trecho “Negligenciar as ocorrências pode aumentar o risco de novas tentativas”, os termos destacados exercem função sintática de:

- (A) Adjuntos adnominais.
- (B) Adjuntos adverbiais.
- (C) Predicativos.
- (D) Apostos.
- (E) Agentes da passiva.

QUESTÃO 05

As classes gramaticais das palavras destacadas na oração “Como **em** todo **luto**, há **negação**, **raiva** e **tristeza**”, são, respectivamente:

- (A) Preposição; substantivo; preposição.
- (B) Conjunção; verbo; preposição.
- (C) Conjunção; substantivo; preposição.
- (D) Preposição; verbo; conjunção.
- (E) Preposição; substantivo; conjunção.

MATEMÁTICA

QUESTÃO 06

Para determinar a altura de um prédio, um engenheiro utilizou o seguinte procedimento: a partir de um ponto P mediu o ângulo formado entre a horizontal e a reta que une P ao topo do prédio. Em seguida, andou em direção ao prédio até um ponto Q, distante 100 metros de P, e mediu novamente o ângulo formado entre a reta que une Q ao topo do prédio e a horizontal. Se os ângulos medidos foram, respectivamente, de 30° e 60° , a altura do prédio é:

- (A) 85 m.
- (B) 50 m.
- (C) 170 m.
- (D) 100 m.
- (E) 57 m.

QUESTÃO 07

A polegada é uma unidade de medida utilizada na maioria dos países de língua inglesa e equivale a 25 mm. O tamanho dos aparelhos de televisão, em geral, são dados em polegadas, mesmo em países que não utilizam esta medida regularmente, e se referem a medida da diagonal da tela do aparelho. Uma TV de 50 polegadas tem a diagonal da sua tela medindo:

- (A) 125 mm.
- (B) 1,25 m.
- (C) 1250 cm.
- (D) 12,5 cm.
- (E) 0,125 m.

QUESTÃO 08

Uma caixa d'água tem o formato de um paralelepípedo reto retângulo cujas arestas da base medem 1,2 m e 0,8 m. Uma torneira despeja nesta caixa d'água 24 litros de água por minuto. Se a caixa d'água estava inicialmente vazia, o tempo necessário para que o nível da água atinja a altura de 1 m é:

- (A) 15 minutos.
- (B) 30 minutos.
- (C) 40 minutos.
- (D) 4 minutos.
- (E) 1 hora e 10 minutos.

QUESTÃO 09

Um atleta de esportes radicais precisa calcular quantos metros quadrados de náilon serão necessários para confeccionar sua asa-delta. Efetuando algumas medidas, verificou que ela tem o formato de um triângulo isósceles com lados medindo 5 m, 5 m e 8 m. Se o metro quadrado do náilon para asa-delta custa R\$ 12,00 (doze reais), a quantia que o atleta irá gastar para confeccionar sua asa-delta será de:

- (A) R\$ 288,00.
- (B) R\$ 144,00.
- (C) R\$ 480,00.
- (D) R\$ 216,00.
- (E) R\$ 108,00.

QUESTÃO 10

Paulo aplicou em um banco R\$ 12.000,00 a juros simples, à taxa de 3% ao mês. Antônio, amigo de Paulo, aplicou R\$ 10.000,00, também a juros simples, mas a uma de 4% ao mês. Após algum tempo, ambos resgataram todo o dinheiro das respectivas aplicações e notaram que o montante era o mesmo. Se os dois amigos fizeram a aplicação no mesmo dia, o tempo decorrido desde o início até o resgate das aplicações foi de:

- (A) 5 meses.
- (B) 1 ano e 2 meses.
- (C) 5 anos.
- (D) 2 anos e 1 mês.
- (E) 4 anos e 2 meses.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 11

“Sua maior vantagem reside no fato de não ser necessário possuir um programa específico para a leitura ou envio de mensagens de correio eletrônico, qualquer computador ligado à Internet com um navegador é suficiente. Isto também significa que, ao contrário de outros protocolos de comunicação na web, como o POP3, não é necessário utilizar sempre o mesmo computador”.

O texto acima se refere a um tipo de ferramenta virtual chamada:

- (A) WebMail.
- (B) Web Connection.
- (C) Windows Mail.
- (D) Outlook Messenger.
- (E) Internet Mail.

QUESTÃO 12

Caso um profissional deseje realizar uma apresentação multimídia utilizando o MS Power Point 2010, com a finalidade de demonstrar o fluxograma de uma determinada atividade, ele poderá utilizar imagens geométricas disponíveis para confecção desse fluxograma, como as exemplificadas abaixo.



Para que sejam postadas figuras desse tipo no corpo de um slide, é necessário:

- (A) Clicar no botão “Figuras”, obtido a partir da opção “Inserir” do menu principal.
- (B) Acessar a área de “Formas Geométricas”, a partir da opção “Inserir” → Figuras.
- (C) Escolher a opção “Figuras” no menu principal e, a seguir, clicar em “Avançado”.
- (D) Clicar em “Inserir” no menu principal e, em seguida, na opção “Formas”.
- (E) Clicar na opção “Exibir” do menu principal para acessar o botão “Figuras”.

QUESTÃO 13

Um usuário do MS Excel 2010 confeccionou a planilha abaixo para catalogar os produtos utilizados por sua unidade de trabalho, informando a quantidade de cada um e a data da respectiva compra.

	A	B	C
1			
2	PRODUTO	QTD	DATA
3	Caneta	5	01/abr
4	Apontador	8	05/abr
5	Lapis	4	07/abr
6	Borracha	6	18/abr
7	Régua	8	30/abr
8	Grampeador	3	05/mai

Após a inserção de mais de 100(cem) itens, o usuário percebeu que poderia visualizar mais rapidamente as informações de determinado produto se eles estivessem organizados por ordem alfabética. O recurso para a execução dessa ação desejada pelo usuário será encontrado no menu principal, na opção:

- (A) Layout de quadro → Organização.
- (B) Dados → Classificar.
- (C) Inserir → Classificação.
- (D) Fórmulas → Classificar.
- (E) Inserir → Ordem alfabética.

QUESTÃO 14

Durante a utilização de um computador com o sistema operacional Windows 7, o seu usuário poderá, a qualquer momento, realizar a desinstalação ou alteração de qualquer programa ou aplicativo que tenha anteriormente instalado em seu HD. Para a realização dessa prática, o usuário deve:

- (A) Clicar com o botão direito do mouse no desktop e, na janela que se abre, escolher a opção "Programas".
- (B) Acionar simultaneamente as teclas CTRL + DEL e, na tela que se abre, acionar o botão "Desinstalar".
- (C) Ir em "Iniciar", clicar em "Painel de Controle" e, a seguir, escolher a opção "Programas e Recursos".
- (D) Clicar com o botão direito do mouse no botão "Iniciar" e, em "Propriedades", escolher a opção "Recursos".
- (E) Acionar simultaneamente as teclas CTRL + FN e acessar a opção "Função Programas".

QUESTÃO 15

Durante a elaboração de um texto no MS Word, é possível a colocação de "textos decorativos" para que o documento tenha uma aparência mais sofisticada. Este recurso, comumente utilizado na confecção de capas de trabalhos acadêmicos ou em relatórios profissionais, pode ser acessado:

- (A) Acionando-se o botão de "Estilos" e escolhendo o formato de texto desejado.
- (B) Acionando-se o botão direito do mouse e escolhendo a opção "Fonte" → Avançado.
- (C) Pelo botão "Fontes Especiais" localizado na opção "Exibição".
- (D) Através do menu de recursos especiais encontrado na opção "Referências".
- (E) Através da opção "Inserir" → WordArt.

LEGISLAÇÃO**QUESTÃO 16**

A Lei nº 8.080/1990 dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

Sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), pode-se afirmar:

- (A) É objetivo do Sistema Único de Saúde SUS somente a identificação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.
- (B) O SUS é responsável, em seu campo de atuação, pela participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico.
- (C) Faz parte de um dos princípios a universalidade de acesso aos serviços de saúde em somente alguns níveis de assistência.
- (D) A direção do SUS, no âmbito da União, é exercida pela Secretaria de Saúde.
- (E) A iniciativa privada não poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.

QUESTÃO 17

De acordo com a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e das relações jurídicas nela previstas, pode-se afirmar acerca da legislação vigente:

- (A) O juiz não poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando houver violação dos estatutos ou contrato social.
- (B) A desconsideração não será efetivada quando houver falência por má administração.
- (C) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes.
- (D) As sociedades coligadas responderão objetivamente.
- (E) Não poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

QUESTÃO 18

Sobre a competência do processo administrativo disposto na Lei nº 9.784/1999, pode-se afirmar:

- (A) A competência é renunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- (B) A edição de atos de caráter normativo não pode ser objeto de delegação.
- (C) O ato de delegação e sua revogação são dispensados de serem publicados no meio oficial.
- (D) O ato de delegação é irrevogável.
- (E) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.

QUESTÃO 19

Sobre a anulação, revogação e convalidação dos atos administrativos, à luz da Lei nº 9.784/1999, pode-se afirmar estar de acordo com a legislação:

- (A) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, independente dos direitos adquiridos.
- (B) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em três anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (C) No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de prescrição contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.
- (D) Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.
- (E) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos insanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

QUESTÃO 20

“Entende-se por material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível”.

De acordo com os conceitos trazidos na Lei nº 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, qual conceito está descrito na frase acima?

- (A) Reutilização.
- (B) Rejeito.
- (C) Resíduo sólido.
- (D) Logística reversa.
- (E) Reciclagem.

QUESTÃO 21

A Lei nº 9.961/2000 criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar. Sobre as competências da ANS, **não** se pode afirmar:

- (A) Elaborar o rol de procedimentos e eventos em saúde, exceto suas excepcionalidades.
- (B) Fixar critérios para os procedimentos de credenciamento e descredenciamento de prestadores de serviço às operadoras.
- (C) Estabelecer normas para ressarcimento ao Sistema Único de Saúde.
- (D) Normatizar os conceitos de doença e lesão preexistentes.
- (E) Estabelecer critérios gerais para o exercício de cargos diretivos das operadoras de planos privados de assistência à saúde.

QUESTÃO 22

Sobre a Lei nº 9.784/1999, no que concerne aos atos administrativos, pode-se afirmar:

- (A) Os atos do processo administrativo dependem de forma determinada.
- (B) Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, sendo dispensável a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.
- (C) A autenticação de documentos exigidos em cópia não poderá ser feita pelo órgão administrativo.
- (D) Os atos do processo podem realizar-se em qualquer dia e horário da repartição na qual tramitar o processo.
- (E) Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de realização.

QUESTÃO 23

O art. 37 da Constituição Federal traz as diretrizes gerais da Administração Pública, inclusive no que diz respeito aos seus servidores.

Quanto a estes, qual a alternativa está de acordo com a Carta Magna brasileira?

- (A) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- (B) O direito de greve será exercido indistintamente.
- (C) É permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (D) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (E) Independe de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

QUESTÃO 24

A Lei nº 12.305/2010 trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos e, em seu art. 6º, elenca vários princípios.

São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, **exceto**:

- (A) Apenas a prevenção.
- (B) O poluidor-pagador.
- (C) O desenvolvimento sustentável.
- (D) A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.
- (E) Gestão integrada de resíduos sólidos.

QUESTÃO 25

À luz do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/1990, pode-se afirmar que está **incorreta** a alternativa:

- (A) A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.
- (B) O fornecedor do produto ou serviço é subsidiariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.
- (C) É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.
- (D) O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina.
- (E) É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 26**

A Lei Federal nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas, constituiu um grande marco para a profissão de farmacêutico. Esta Lei, no seu artigo 3º, define a farmácia como um estabelecimento de saúde: "Farmácia é uma unidade de prestação de serviços destinada a prestar assistência farmacêutica, assistência à saúde e orientação sanitária individual e coletiva, na qual se processe a manipulação e/ou dispensação de medicamentos magistrais, oficinais, farmacopeicos ou industrializados, cosméticos, insumos farmacêuticos, produtos farmacêuticos e correlatos". Além desta determinação, são dispositivos da Lei 13.021/2014, **exceto**:

- (A) No âmbito da assistência farmacêutica, as farmácias de qualquer natureza requerem, obrigatoriamente, para seu funcionamento, a responsabilidade e a assistência técnica de farmacêutico habilitado na forma da lei.
- (B) Poderão as farmácias de qualquer natureza dispor, para atendimento imediato à população, de medicamentos, vacinas e soros que atendam o perfil epidemiológico de sua região demográfica.
- (C) O proprietário e/ou o gestor administrativo da farmácia não poderão desautorizar ou desconsiderar as orientações técnicas emitidas pelo farmacêutico.
- (D) Cabe ao farmacêutico, na dispensação de medicamentos, visando a garantir a eficácia e a segurança da terapêutica prescrita, observar os aspectos técnicos e legais do receituário.
- (E) O fiscal farmacêutico não poderá exercer outras atividades profissionais de farmacêutico, ser responsável técnico ou proprietário ou participar da sociedade em estabelecimentos farmacêuticos.

QUESTÃO 27

É definida por Lei a competência do Conselho Federal de Farmácia para expedir resoluções regulamentares. Neste contexto, o CFF tem instituído avanços para a profissão farmacêutica. Dentre as medidas significativas nos últimos anos, ressalta-se a aprovação da Resolução nº 585 de 2013, que regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico, e da Resolução nº 586 de 2013, que regula a prescrição farmacêutica. No que se refere ao aparato legal, qual dispositivo estabelece a competência do CFF para deliberar resoluções?

- (A) Decreto nº 20.377, de 8 de setembro de 1931, atribui ao CFF expedir as resoluções que se tornarem necessárias para a fiel interpretação e execução da presente lei.
- (B) Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, atribui ao CFF expedir resoluções, definindo ou modificando atribuições ou competência dos profissionais de Farmácia, conforme as necessidades futuras.
- (C) Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, atribui ao CFF expedir as resoluções que se tornarem necessárias para a fiel interpretação e execução da presente lei.
- (D) Lei nº 9.120, de 26 de outubro de 1995, atribui ao CFF expedir resoluções, definindo ou modificando atribuições ou competência dos profissionais de Farmácia, conforme as necessidades futuras.
- (E) Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, atribui ao CFF expedir as resoluções que se tornarem necessárias para a fiel interpretação e execução da presente lei.

QUESTÃO 28

O decreto federal nº 85.878, de 1981, estabelece normas para execução de Lei nº 3.820, de 1960, referindo-se sobre o exercício da profissão de farmacêutico que inclui a determinação do âmbito profissional do farmacêutico. Em conformidade com este decreto, considera-se atividade privativa do farmacêutico:

- (A) A responsabilidade técnica em estabelecimentos industriais ou instituições governamentais nas quais sejam produzidos radioisótopos ou radiofármacos para uso em diagnóstico e terapêutica.
- (B) A responsabilidade técnica em órgãos, laboratórios ou estabelecimentos em que se pratiquem exames de caráter químico-toxicológico, químico-bromatológico, químico-farmacêutico, biológicos, microbiológicos, fitoquímicos e sanitários.
- (C) A manipulação dos medicamentos utilizados em quimioterapia e demais medicamentos que possam causar risco ocupacional ao manipulador (teratogenicidade, carcinogenicidade e/ou mutagenicidade) nos estabelecimentos de saúde públicos ou privados.
- (D) No âmbito da fitoterapia, a supervisão da aquisição, manipulação, produção industrial, dispensação e atenção farmacêutica na perspectiva da promoção do acesso a plantas medicinais e fitoterápicos com qualidade, segurança e eficácia.
- (E) Elaboração de laudos técnicos e a realização de perícias técnico-legais relacionados com atividades, produtos, fórmulas, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica.

QUESTÃO 29

O conjunto de medidas que “visam à promoção, proteção e recuperação da saúde, além da prevenção de doenças e de outros problemas de saúde, visam proporcionar cuidado ao paciente, família e comunidade, de forma a promover o uso racional de medicamentos e otimizar a farmacoterapia, com o propósito de alcançar resultados definidos que melhorem a qualidade de vida do paciente”, consiste em que conceito e pertencente a que legislação, respectivamente?

- (A) Exercício das atividades farmacêuticas, Lei Federal nº 13.021 de 2014.
- (B) Atribuições clínicas do farmacêutico, Resolução CFF nº 585 de 2013.
- (C) Boas Práticas de Farmácia, Resolução CFF nº 357 de 2001.
- (D) Código de Ética Farmacêutica, Resolução CFF nº 596 de 2014.
- (E) Âmbito profissional do farmacêutico, Decreto federal nº 85.878 de 1981.

QUESTÃO 30

Durante a fiscalização, verificou-se que a drogaria regularmente registrada em determinado CRF apresenta-se, no horário, funcionamento com a ausência do profissional farmacêutico. Considerando a Resolução CFF nº 648, de 2017, diante do fato ocorrido, deve o fiscal farmacêutico:

- (A) Lavrar auto de infração referente à ausência do farmacêutico, pois, durante a inspeção, o estabelecimento não comprovou que as atividades são exercidas por farmacêutico com responsabilidade técnica anotada no CRF, para o horário declarado.
- (B) Lavrar auto de infração referente à carga horária insuficiente, pois, durante a inspeção, o estabelecimento não comprovou que as atividades são exercidas por farmacêutico com responsabilidade técnica anotada no CRF, para todo o horário de funcionamento.
- (C) Lavrar auto de infração referente à ilegalidade, pois, durante a inspeção, o estabelecimento sem registro não comprovou que as atividades são exercidas por farmacêutico com responsabilidade técnica anotada no CRF.
- (D) Lavrar o termo de intimação, pois, durante a inspeção, o estabelecimento não comprovou que as atividades são exercidas por farmacêutico com responsabilidade técnica anotada no CRF, para o horário declarado.
- (E) Lavrar o termo de intimação, pois, durante a inspeção, o estabelecimento não comprovou que as atividades são exercidas por farmacêutico com responsabilidade técnica anotada no CRF, para todo o horário de funcionamento.

QUESTÃO 31

A atuação do farmacêutico em oncologia é devidamente regulada pelo Conselho Federal de Farmácia, que determina, inclusive, a atribuição privativa do farmacêutico no preparo dos medicamentos antineoplásicos. Qual das alternativas aponta corretamente um critério para que o exercício do farmacêutico em oncologia possa ser validado pelo Conselho Regional de Farmácia de sua jurisdição?

- (A) Profissional farmacêutico com título de especialista emitido por cursos de especialização reconhecidos pelo Ministério da Educação.
- (B) Profissional farmacêutico que realizou programa de residência multiprofissional em saúde, com área de concentração em oncologia.
- (C) Profissional farmacêutico egresso de programa de pós-graduação *latu sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação.
- (D) Profissional farmacêutico que possuir no mínimo 5 (cinco) anos de atuação na área, que deve ser comprovada por meio de Carteira de trabalho e Previdência Social (CTPS) ou de contrato e declaração do serviço, com a devida descrição das atividades realizadas e do período de atuação.
- (E) Profissional farmacêutico com título de especialista emitido pela Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC).

QUESTÃO 32

De acordo com a Resolução CFF nº 597, de 2014, permite-se o funcionamento de farmácias e drogas sem a assistência do farmacêutico diretor técnico ou farmacêutico responsável técnico ou, ainda, do farmacêutico assistente técnico, bem como do farmacêutico substituto, pelo prazo de até 30 (trinta) dias. Entretanto, durante todo este período, um conjunto de atividade não poderá ser realizado no estabelecimento. Qual alternativa aponta corretamente as atividades restritas?

- (A) Aviamento de fórmulas magistrais ou oficiais; dispensação de medicamentos sujeitos a controle especial; comercialização de medicamentos pertencentes a programa de subsídios; comercialização de medicamentos isentos de prescrição, fracionamentos de medicamentos; execução de serviços farmacêuticos.
- (B) Aviamento de fórmulas magistrais ou oficiais; dispensação de medicamentos sujeitos a controle especial; comercialização de medicamentos pertencentes a programa de subsídios; comercialização de produtos correlatos, fracionamentos de medicamentos; procedimentos de intercambialidade; execução de serviços farmacêuticos.
- (C) Aviamento de fórmulas magistrais ou oficiais; dispensação de medicamentos sujeitos a controle especial; dispensação de medicamentos antimicrobianos; fracionamentos de medicamentos; procedimentos de intercambialidade; execução de serviços farmacêuticos.
- (D) Aviamento de fórmulas magistrais ou oficiais; dispensação de medicamentos sujeitos a controle especial; dispensação de medicamentos antimicrobianos; comercialização de produtos correlatos; procedimentos de intercambialidade; fracionamentos de medicamentos; execução de serviços farmacêuticos.
- (E) Aviamento de fórmulas magistrais ou oficiais; dispensação de medicamentos sujeitos a controle especial; dispensação de medicamentos antimicrobianos; comercialização de medicamentos isentos de prescrição; comercialização de produtos correlatos; procedimentos de intercambialidade; fracionamentos de medicamentos; execução de serviços farmacêuticos.

QUESTÃO 33

As atividades do farmacêutico na indústria farmacêutica são regulamentadas pela Resolução CFF nº 387, de 2002, que sofreu alteração com a inclusão do Capítulo XV ao seu Anexo I, pela Resolução CFF nº 584 de 2013, que, por sua vez, sofreu alteração nos seus artigos 5º, 14º, 15º, 17º, 18º, 19º e 20º pela Resolução CFF nº 621 de 2016. Referente ao art. 14º da Resolução CFF 584/2013, que trata da obrigatoriedade de comunicação de baixa de responsabilidade técnica, qual alteração foi estabelecida?

- (A) A empresa deve informar ao CRF o número do último lote de cada produto fabricado sob a responsabilidade do farmacêutico responsável técnico, por fase de fabricação como, por exemplo, pesagem, granulação, compressão, revestimento e embalagem.
- (B) A empresa deve informar ao CRF os estoques existentes das embalagens impressas (cartuchos, bulas, rótulos, alumínio, frascos e materiais promocionais), com o nome do farmacêutico responsável técnico.
- (C) Caso venha cessar a prestação de assistência ao estabelecimento, ou este deixe de funcionar, a responsabilidade do profissional técnico perderá efeito para cada lote de cada produto colocado no mercado.
- (D) Caso solicitado por órgãos reguladores, judiciais e/ou pelo próprio responsável técnico, a empresa deve fornecer toda a documentação necessária de cada produto(s) fabricado(s) e/ou distribuído(s), sob a responsabilidade do farmacêutico responsável técnico pelo produto.
- (E) O estabelecimento e o farmacêutico responsável técnico são obrigados a comunicar e encaminhar ao CRF, em até 30 (trinta) dias, os documentos referentes à baixa da responsabilidade técnica.

QUESTÃO 34

A Resolução CFF nº 357 de 2001, que aprova o regulamento técnico das Boas Práticas de Farmácia, em seu artigo 34º, estabelece os deveres do farmacêutico referentes aos medicamentos genéricos. Contudo, parte deste artigo sofreu revogação pela Resolução CFF nº 416 de 2004. Qual determinação foi revogada?

- (A) O farmacêutico não deverá indicar ou dispensar medicamentos similares em substituição à prescrição dos medicamentos genéricos, registrados e comercializados, mesmo que não possua genéricos em estoque.
- (B) O farmacêutico deve indicar, no verso da prescrição, a substituição realizada, citando o nome genérico do medicamento e a indústria produtora, apondo o carimbo que conste seu nome e número de inscrição no CRF, local e data, assinando a declaração.
- (C) O farmacêutico deve informar ao paciente e ao prescritor sobre a existência ou não de medicamentos genéricos, diferenciando-os dos similares.
- (D) O farmacêutico deverá entrar em contato com o prescritor sobre a viabilidade da substituição, caso o paciente desejar a substituição do medicamento de marca prescrito por um similar, informando sobre o volume ou a quantidade do similar, seus dados de biodisponibilidade, indicando no verso da receita o procedimento e a autorização do prescritor.
- (E) O farmacêutico deverá esclarecer ao usuário sobre a existência do medicamento genérico, substituindo, se for o caso, o medicamento prescrito exclusivamente pelo medicamento genérico correspondente, salvo restrições expressas de próprio punho consignadas no documento pelo profissional prescritor.

QUESTÃO 35

O Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético, bem como as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares são dispostos pela Resolução CFF nº 596, de 21 de fevereiro de 2014. Considerando o disposto sobre as infrações éticas e disciplinares leves, infrações éticas e disciplinares medianas, e infrações éticas e disciplinares graves, qual a alternativa corresponde a um exemplo para cada tipo de infração ética e disciplinar leve, mediana e grave, respectivamente?

- (A) Exercer, sem a qualificação necessária, o magistério, bem como utilizar esta prática para aproveitar-se de terceiros em benefício próprio ou para obter quaisquer vantagens pessoais; exercer a profissão farmacêutica sem condições dignas de trabalho e justa remuneração por seu desempenho; exercer simultaneamente a Medicina.
- (B) Submeter-se a fins meramente mercantilistas que venham a comprometer o seu desempenho técnico, em prejuízo da sua atividade profissional; realizar exames e perícias técnico-legais, e emitir laudos técnicos em relação às atividades profissionais, em desacordo à legislação vigente; exercer a profissão e funções relacionadas à Farmácia, exclusivas ou não, sem a necessária habilitação legal.
- (C) Afastar-se temporariamente das atividades profissionais por motivo de doença, férias, congressos, cursos de aperfeiçoamento ou outras atividades inerentes ao exercício profissional, quando não houver outro farmacêutico que legalmente o substitua, sem comunicar ao Conselho Regional de Farmácia; assinar trabalho realizado por outrem, alheio à sua execução, orientação, supervisão ou fiscalização, ou, ainda, assumir a responsabilidade por ato farmacêutico que não praticou ou do qual não participou; declarar possuir títulos científicos ou especialização que não possa comprovar, nos termos da lei.
- (D) Desrespeitar o direito de decisão do usuário sobre seu tratamento, sua própria saúde e bem-estar, excetuando-se aquele que, mediante laudo médico ou determinação judicial, for considerado incapaz de discernir sobre opções de tratamento ou decidir sobre sua própria saúde e bem-estar; receber remuneração por serviços que não tenha efetivamente prestado; alterar o processo de fabricação de produtos sujeitos a controle sanitário, modificar os seus componentes básicos, nomes e demais elementos objeto do registro, contrariando as disposições legais e regulamentares.
- (E) Exercer atividade farmacêutica com fundamento em procedimento não reconhecido pelo CFF; intitular-se responsável técnico por qualquer estabelecimento sem a autorização prévia do Conselho Regional de Farmácia, comprovada mediante a Certidão de Regularidade correspondente; assinar laudo ou qualquer outro documento farmacêutico em branco, de forma a possibilitar, ainda que por negligência, o uso indevido do seu nome ou atividade profissional.

QUESTÃO 36

“As Políticas de Medicamentos e de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde encontram no fracionamento um dos instrumentos estratégicos para a sua implementação. Além de ampliar o acesso da população aos medicamentos, o fracionamento também contribui para a promoção da saúde, pois evita que os pacientes mantenham em sua casa sobras de medicamentos utilizados em tratamentos anteriores. Isto reduz a utilização de medicamentos sem prescrição ou orientação médica, diminuindo o número de intoxicações e de efeitos adversos. A ampliação do acesso ocorre em função tanto da possibilidade de aquisição da exata quantidade prescrita, quanto do preço praticado para cada unidade do medicamento”.

Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/3062236/Medicamentos+Fracionados+-+Guia+para+Farmac%C3%AAuticos/a0e07c50-5bd4-4f18-ba7d-c86d16f3610b>. Acesso: 12/05/2018.

A ANVISA estabelece as regularidades para a prática do fracionamento de medicamentos através da RDC nº 80 de 2006. Segundo esta RDC, com relação aos estabelecimentos, é **correto** afirmar:

- (A) O procedimento de fracionamento é uma parte distinta de dispensação de medicamentos, sendo necessária a expedição de nova licença ou autorização de funcionamento para a execução desse procedimento, para que sejam atendidas as condições técnicas e operacionais estabelecidas nesta resolução e seus anexos.
- (B) As farmácias que tem manipulação de medicamentos não poderão usar o espaço já existente como área de fracionamento para os fins desta resolução, as instalações necessitam de adequação às operações correspondentes, dispendo de todos os equipamentos e materiais de forma organizada, objetivando evitar os riscos de contaminação, misturas ou trocas de medicamentos, sem prejuízo das demais normas sanitárias vigentes.
- (C) As restrições da RDC 80/2006 não se aplicam aos estabelecimentos de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica, desde que os medicamentos fracionados se destinem à elaboração de doses unitárias para uso exclusivo de pacientes internados ou em atendimento de urgência ou emergência.
- (D) Fica a critério do estabelecimento a manutenção do registro das operações relacionadas com a dispensação de medicamentos na forma fracionada, sendo que o rastreamento do produto é de responsabilidade do órgão de vigilância sanitária competente, nos termos da legislação vigente.
- (E) Quando a bula dos medicamentos não puder ser disponibilizada para todos os usuários dos medicamentos fracionados, o estabelecimento farmacêutico é responsável por disponibilizar as informações técnicas dos medicamentos aos usuários, de modo a lhe assegurar o acesso à informação adequada, independentemente das orientações e recomendações inerentes à atenção farmacêutica.

QUESTÃO 37

A prestação de serviços farmacêuticos, em farmácias e drogarias, é regulada pelo CFF através da Resolução nº 499 de 2008, sendo esta alterada pela Resolução CFF nº 505 de 2009. De acordo com Resolução nº 499/2008 e as suas devidas alterações pela Resolução nº 505/2009, são consideradas regras para execução dos serviços farmacêuticos, **exceto**:

- (A) A determinação quantitativa do teor sanguíneo de glicose deverá ser realizada mediante coleta de amostras de sangue por punção capilar, utilizando-se de medidor portátil, sendo que os resultados não poderão ser fornecidos como diagnóstico, sob qualquer hipótese.
- (B) A execução de procedimentos de inalação e nebulização deverá ser realizada após o farmacêutico se certificar de que os medicamentos a serem administrados estão de acordo com o receituário.
- (C) Aplicação de medicamentos injetáveis apenas poderá ser feita pelo farmacêutico mediante autorização expressa do farmacêutico diretor ou responsável técnico, sendo que a presença e/ou supervisão do farmacêutico é condição e requisito essencial para aplicação de medicamentos injetáveis, além disso, só deverão ser administrados mediante prescrição de profissional habilitado.
- (D) A realização de curativos de pequeno porte só poderá ser realizada em pequenos curativos secos, na ausência de hemorragia arterial, em lesões cutâneas, onde não haja a necessidade de fazer suturas ou procedimentos mais complexos.
- (E) A colocação de brincos será permitida ao farmacêutico, desde que observadas as condições adequadas para este fim, sendo que apenas serão colocados brincos que estiverem devidamente acondicionados em embalagens estéreis, visando à proteção do usuário.

QUESTÃO 38

É de amplo conhecimento dos profissionais farmacêuticos a Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, que aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Entretanto, tão importante quanto o conhecimento da Portaria 344/98, é fundamental o conhecimento das suas atualizações estabelecidas pela ANVISA através de Resolução da Diretoria Colegiada (RDC). Referente às atualizações determinadas pela ANVISA para a Portaria 344/98, pode-se afirmar:

- (A) A RDC nº 20 de 2011 adiciona à lista das outras substâncias sujeitas a controle especial os medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.
- (B) A RDC nº 133 de 2016 estabelece novas medidas de controle de comercialização, prescrição e dispensação de medicamentos anorexígenos (anfepromona, femproporex, mazindol e sibutramina), determinando que tais medicamentos devam ser prescritos por meio da notificação de Receita "B2", na qual pode conter a quantidade de medicamento correspondente a, no máximo, 30 (trinta) dias de tratamento.
- (C) A RDC nº 143 de 2017 dispõe sobre a atualização do Anexo I (listas de substâncias entorpecentes, psicotrópicas, precursoras e outras sob controle especial) da Portaria nº 344/1998, estabelecendo que preparações à base de zolpidem e de zaleplona, em que a quantidade dos princípios ativos zolpidem e zaleplona, respectivamente, não excedam 10 miligramas por unidade posológica, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial em 2 (duas) vias. Acima da referida quantidade, as substâncias zolpidem e zaleplona continuam sujeitas à prescrição por meio da notificação de Receita "B2".
- (D) A RDC nº 143 de 2017 dispõe sobre a atualização do Anexo I (listas de substâncias entorpecentes, psicotrópicas, precursoras e outras sob controle especial) da Portaria nº 344/1998, estabelecendo que preparações à base de tramadol, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade não exceda 100 miligramas de tramadol por unidade posológica, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias.
- (E) A RDC nº 22 de 2014 estabelece a utilização do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) por farmácias e drogarias, como um sistema de informação de vigilância sanitária para a escrituração de dados de produção, manipulação, distribuição, prescrição, dispensação e consumo de medicamentos e insumos farmacêuticos. Todas as farmácias e drogarias de natureza pública ou privada devem, obrigatoriamente, utilizar o SNGPC para escrituração sanitária dos medicamentos, insumos farmacêuticos e preparações e/ou especialidades farmacêuticas de que trata esta Resolução.

QUESTÃO 39

Segundo a legislação vigente, são atribuições e responsabilidades do farmacêutico na manipulação de medicamentos, **exceto**:

- (A) Manipular, dispensar e comercializar medicamentos isentos de prescrição, bem como cosméticos e outros produtos farmacêuticos magistrais, independente da apresentação da prescrição.
- (B) Estabelecer critérios e supervisionar o processo de aquisição, qualificando fabricantes e fornecedores, e assegurando que a entrega dos produtos seja acompanhada de certificado de análise emitido pelo fabricante/fornecedor.
- (C) Garantir que a validação dos processos e a qualificação dos equipamentos, quando aplicáveis, sejam executadas e registradas e que os relatórios sejam colocados à disposição das autoridades sanitárias.
- (D) Decidir pela manipulação, dispensação e comercialização de medicamentos de uso contínuo e de outros produtos farmacêuticos magistrais, anteriormente aviados, independentemente da apresentação de nova prescrição.
- (E) Solicitar confirmação expressa do profissional prescritor, quando a dose ou posologia dos produtos prescritos ultrapassar os limites farmacológicos ou a prescrição apresentar incompatibilidade ou interações potencialmente perigosas. Na ausência ou negativa de confirmação, deve decidir o farmacêutico sobre o aviamento e/ou dispensação do produto.

QUESTÃO 40

Os Conselhos Regionais de Farmácia são responsáveis pela fiscalização do exercício da profissão farmacêutica, conforme artigo 10º da Lei nº 3.820 de 1960. O procedimento de fiscalização nos estabelecimentos, de responsabilidade do fiscal farmacêutico, é regulado pela Resolução CFF nº 648 de 2017. Como instrumento de fiscalização, deve o fiscal farmacêutico realizar, **exceto**:

- (A) Lavrar o termo de inspeção, que consiste em um documento preenchido manual ou eletronicamente, destinado à verificação do exercício profissional nos estabelecimentos, sendo obrigatório seu preenchimento em todas as inspeções efetuadas pelo fiscal.
- (B) Lavrar o termo de intimação, que consiste em um documento preenchido manual ou eletronicamente, destinado a determinar a adoção de providências imediatas ao profissional farmacêutico, referente às atividades profissionais.
- (C) Lavrar o auto de infração, que consiste em um documento preenchido manual ou eletronicamente, destinado à imposição de penalidade aos estabelecimentos que não comprovem o previsto no artigo 24º da Lei Federal nº 3.820/1960.
- (D) Lavrar o auto de infração sanitária, que consiste em um documento preenchido manual ou eletronicamente, destinado à imposição de penalidade aos estabelecimentos que apresentem infrações sanitárias conforme a legislação vigente, devendo ser anotado e encaminhado às autoridades sanitárias competentes.
- (E) Lavrar o termo de inspeção em todas as empresas ou estabelecimentos inspecionados, sendo que o termo de intimação ou auto de infração, ambos precedidos do termo de inspeção, deverão ser lavrados nos casos previstos na legislação vigente.